

Sumário

Prefácio	IX
Apresentação.....	XI

PARTE 1

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E GARANTIA DE DIREITOS

Capítulo 1. Polícia Judiciária e Garantia de Direitos Fundamentais	2
Capítulo 2. Polícia Judiciária Enquanto Dispositivo Democrático	7
Capítulo 3. Indispensabilidade do Inquérito Policial	15
Capítulo 4. Princípio do Delegado Natural	22
Capítulo 5. Importância do Delegado na Contenção do Espetáculo e Garantia da Liberdade.....	30
Capítulo 6. Duração Razoável da Investigação Criminal.....	34
Capítulo 7. Função de Decisão e de Cautelaridade da Prova do Delegado de Polícia	39
Capítulo 8. Aplicação do Princípio da Insignificância pelo Delegado de Polícia	47
Capítulo 9. Inamovibilidade da Autoridade de Polícia Judiciária.....	54

PARTE 2

BUSCA DE EVIDÊNCIAS PARA ALÉM DA DÚVIDA RAZOÁVEL

Capítulo 10. Inquérito Policial como Instrumento de Obtenção de Provas	62
Capítulo 11. Busca e Apreensão Policial: Parâmetros, Capacidade de Representação e Procedimentos em Órgãos Públicos.....	68
Capítulo 12. Indiciamento: Fundamentação e Efeitos.....	83

Capítulo 13. Requisição de Dados pelo Delegado de Polícia	97
Capítulo 14. Direito ao Silêncio e sua Indevida Interpretação	105
Capítulo 15. Requisição de Prontuário Médico pela Polícia Judiciária	111
Capítulo 16. Legitimidade do Delegado de Polícia para Celebrar Colaboração Premiada.....	116

PARTE 3

DIVISÃO CONSTITUCIONAL DE ATRIBUIÇÕES

Capítulo 17. Investigação Criminal: Tensão entre Limites e Dor.....	124
Capítulo 18. Atribuição para Confecção de Termo Circunstanciado de Ocorrência	129
Capítulo 19. Indevida Lavratura de Termo Circunstanciado por Policiais Militares	137
Capítulo 20. Presidência do Inquérito Policial e Requisição de Diligências.....	145
Capítulo 21. Investigação de Homicídio Praticado por Policial Militar Contra Civil	152

PARTE 4

NOVOS ASPECTOS DA PERSECUÇÃO PENAL

Capítulo 22. A Função Materialmente Judicial do Delegado de Polícia na Audiência de Custódia.....	161
Capítulo 23. Lei 13.245/2016: Atuação do Advogado no Inquérito Policial	174
Capítulo 24. Garantia de Defesa na Investigação Criminal.....	187
Capítulo 25. Desmilitarização da Segurança Pública e Estado de Direito.....	195
Capítulo 26. A Expansão da Corrupção, como se Infiltra e Meios se Combatê-la	200
Capítulo 27. Depoimentos Especiais e Revitimização	206

Capítulo 28. Atuação Internacional da Polícia Judiciária	210
Capítulo 29. A Transnacionalidade do Terrorismo e a sua Repressão Uniforme	216
Capítulo 30. (Des)consideração da Vontade da Vítima na Lei Maria da Penha	223
Capítulo 31. A Nova Lei de Enfrentamento ao Terrorismo - Lei 13.260/2016	227
Capítulo 32. Investigação Criminal como Pré-Jogo da Persecução Penal	234
Capítulo 33. Investigação Criminal Privada.....	238
Capítulo 34. Investigação Acrítica: entre Banalidades e Abusos	243
Capítulo 35. Lei de Terrorismo e Hermenêutica Constitucional	247
Capítulo 36. Atribuições do Conselho Tutelar na Investigação Criminal	253
Capítulo 37. Conceito Emancipatório de Acusado na Investigação Criminal de Garantias	258
Capítulo 38. A Importância do Inquérito Policial na Persecução Criminal	264
Índice de Perguntas	270
Índice por Autores.....	275
Referências	278